

POLÍTICA

15 OUT 1991

Congresso

HAROLDO HOLLANDA

Falta de base parlamentar

É cada vez mais desconfortável e insegura a posição política governamental no Congresso. O exemplo mais expressivo a esse respeito pode ser encontrado no Senado, onde, segundo comentários gerais, apenas dois senadores se dispõem no plenário a defender o Governo quando ele é atacado — Marco Maciel e Nei Maranhão, líder e vice-líder do Governo. Em questões fundamentais o Palácio do Planalto não conta com respaldo parlamentar suficiente para impor ou tornar vitoriosos seus pontos de vista. Na Câmara a situação também não é diferente. Partidos que tradicionalmente deveriam se alinhar com o Governo, como o PDS ou o PTB, não raro se insurgem, quando não se comportam com má vontade em relação a toda e qualquer iniciativa originária do presidente da República.

Quanto ao PFL, trata-se de uma federação de partidos. A facção mais coesa da legenda é comandada pelo governador Antônio Carlos Magalhães, que condiciona inclusive as ações políticas do líder da bancada na Câmara, deputado Ricardo Fiúza, uma vez que deve a ele sua ascensão àquele posto. As relações políticas do Planalto com o governador da Bahia não atravessam uma boa fase, na medida em que o presidente Collor resolveu dar todo seu apoio à construção dos Ciacs, obra inspirada na ação educacional realizada no Rio pelo governador Leonel Brizola e usada por ele como sua principal bandeira política. No correr das últimas três décadas, Brizola e Antônio Carlos Magalhães têm estado sempre em posições políticas opostas. Não é sem razão que o deputado Luiz Eduardo Maga-

lhães, do PFL, filho do governador da Bahia, prometeu aliar-se ao deputado José Genoíno, líder do PT, para juntos desagregarem o atual grupo que detém o comando da Comissão de Orçamento do Congresso, responsável pela aprovação das verbas que irão assegurar, em 92, a construção de mil Ciacs.

O mais paradoxal de tudo é que a aliança com Brizola não se traduz em apoio parlamentar e político do PDT ao Governo do presidente Collor. Isso porque Collor e Brizola têm visões políticas distintas da realidade nacional e internacional. Um alinhamento político do PDT com o Governo é considerado como hipótese remota, quase impossível. O presidente Collor tenta no momento fechar um acordo com o FMI. Brizola e o PDT se manifestam contra qualquer entendimento com o FMI, a exemplo do que fazia até passado recente o PMDB. No plano interno, Brizola se rebela contra a política de privatização de empresas estatais defendida pelo governo Collor. Por aí se pode perceber como é eventual a aliança de Collor com Brizola, dado que ambos divergem em questões fundamentais.

É nesse quadro de extrema precariedade política que o Emendão chegou ao Congresso. Sua aprovação pela Câmara e o Senado irá depender substancialmente da boa vontade dos principais partidos com assento no Congresso. Políticos ligados ao presidente Collor não escondem seu pessimismo com a tramitação da proposta de emendas constitucionais, do Planalto, tendo em vista a diminuta base parlamentar com que conta o Governo no Congresso.